

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 507.726 - PR (2019/0123908-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
PAULA GREIN DEL SANTORO - PR058146
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MARCIO RUFINO TARAPATA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCIO RUFINO TARAPATA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Recurso de Agravo n. 0004683-71.2013.8.16.0174).

Os autos dão conta de que o Juízo da Vara de Execuções Penais da comarca de Guarapuava/PR homologou as faltas graves praticadas pelo paciente e, consequentemente, determinou a regressão ao regime fechado e a perda de 1/3 dos dias remidos, até a data da última falta grave (e-STJ fls. 20/22).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de agravo em execução perante o Tribunal de origem, que lhe negou provimento nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 31):

RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO PENAL. COMETIMENTO DE NOVOS FATOS DEFINIDOS COMO CRIMES DOLOSOS. HOMOLOGAÇÃO DE FALTAS DISCIPLINARES DE NATUREZA GRAVE E REGRESSÃO DE REGIME. DESNECESSIDADE DE TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO DOS NOVOS DELITOS PARA O RECONHECIMENTO DAS FALTAS GRAVES. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 526 DO STJ. PERDA DE DIAS REMIDOS EM RAZÃO DO COMETIMENTO DE FALTAS GRAVES HOMOLOGADAS. ELEIÇÃO DO PATAMAR MÁXIMO (1/3). FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EXEGESE DOS ARTS. 127 E 57, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL E ART. 93, INC. IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RECURSO DESPROVIDO.

No presente *writ*, a Defensoria Pública do Estado do Paraná afirma que *"a perda dos dias remidos, quanto mais no seu patamar máximo, NÃO É AUTOMÁTICA, dependendo de opção pela sanção, com fundamentação concreta. Assim, quando da homologação da falta grave, deverá o magistrado decidir, fundamentadamente, o porquê de optar pela sanção de perda dos dias remidos, bem*

Superior Tribunal de Justiça

como justificar o quantum de dias remidos a serem perdidos" (e-STJ fl. 6).

Aduz que, "como facilmente se nota do acórdão proferido pela d. Câmara Criminal, por mais que tenha se tentado fundamentar a perda da remição no seu grau máximo, tal fundamentação não se deu de forma satisfatória, uma vez que faltou justificar de forma pontual cada requisito trazido pelo art. 57 da LEP, como o porquê de se adotar a perda dos dias remidos ou, de maneira mais específica porque adotar o patamar máximo da sanção, demonstrando clara afronta ao disposto no art. 127 e, em consequência, ao art. 57 da LEP. Deste modo, não há como se manter a sanção ou o elevado patamar de perda, por violação a estes dispositivos, bem como a própria Constituição Federal, quando prevê o dever de fundamentar as decisões judiciais" (e-STJ fl. 6).

Por isso, requer, inclusive liminarmente, "a cassação da decisão que declarou a perda dos dias remidos, a fim de que nova seja proferida com a devida justificação quanto ao número de dias remidos a serem revogados. Caso não seja esse o entendimento desta Colenda Corte, requer-se a anulação da homologação das faltas graves e/ou, alternativamente, que se reforme a decisão prolatada para que seja declarado perdido apenas 1/6 dos dias remidos" (e-STJ fl. 9).

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 51/53).

Foram prestadas as informações (e-STJ fls. 58/142).

O Ministério Público Federal, ao se manifestar, opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ fls. 144/149).

É, em síntese, o relatório.

A questão posta a deslinde refere-se à alegada deficiência na fundamentação utilizada pelas instâncias ordinárias para que fosse decretada a perda dos dias remidos em seu grau máximo, qual seja, 1/3 (um terço).

Na espécie, o Juízo da Vara de Execuções Penais da Comarca de Guarapuava/PR determinou a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos à base da seguinte fundamentação (e-STJ fls. 20/22):

1. Trata-se de apuração de faltas graves correspondentes a crimes cometidos no gozo do benefício da saída temporária, que se deu entre

15.03.2018 e 21.03.2018 (mov. 98.1), **sendo preso em flagrante na data de 18.03.2018 pela prática, em tese, dos delitos previstos no art. 21 da Lei de Contravenções Penais e art. 147 c/c art. 61, alínea f, art. 150, § 1º, art. 163, parágrafo único, incisos I, II e IV, e art. 329, todos do Código Penal** (autos nº 0002860-86.2018.8.16.0174, da 2ª Vara Criminal de União da Vitória/PR – mov. 99.1).

[...]

4. Considerando que a perda de dias remidos é consequência lógica da homologação da falta grave, prevista no artigo 127 da Lei de Execução Penal, **observando-se a natureza das faltas, os motivos apresentados pelo sentenciado, bem como as circunstâncias e as consequências do fato**, determino a perda de 1/3 dos dias remidos (quando houver), anteriores à data da última falta grave (grifei).

O Tribunal de origem, por sua vez, manteve a quantidade dos dias a serem perdidos, consignando, para tanto, que (e-STJ fl. 32/35):

Marcio Rufino Tarapata, ora agravante, ostenta uma condenação criminal transitada em julgado pelo crime previsto no art. 121, inc. IV do Código Penal, sendo-lhe imposta a pena de 14 (quatorze) anos de reclusão, fixando-lhe o regime inicialmente fechado para o cumprimento da pena (Autos nº 9-84.2012.8.16.0174 – carta de guia do item 1.1).

Verifica-se dos autos que o sentenciado foi beneficiado com progressão para o regime semiaberto em data de 16.03.2017 (mov. 56.1), sendo implantado no Centro de Regime Semiaberto de Guarapuava em 17.03.2017 (mov. 61.1).

Consta, ainda, que o agravante foi favorecido com saída temporária (15.03.2018 a 21.03.2018) e não retornou para a Unidade (movs. 99.1, 103.1 e 105.1), havendo a informação de que ele foi preso em flagrante no dia 18/03/2018, sendo denunciado pela prática, em tese, dos delitos tipificados no art. 21 do Decreto lei nº 3.688/41 e art. 147 c/c art. 61, alínea “f”, art. 150, §1º, art. 163, parágrafo único, incisos I, II e IV e art. 329, todos do Código Penal (Autos nº 2860-86.2018.8.16.0174, em trâmite perante a 2ª Vara Criminal da Comarca de União da Vitória).

Em seguida, em de 29.03.2018, operou-se a suspensão cautelar do regime prisional do sentenciado (item 107.1). Em 20.04.2018, foi realizada audiência de justificação, oportunidade que o sentenciado alegou que: “estava cumprindo pena em Guarapuava; estava há 01 ano no semiaberto; moro em Cruz Machado; eu saí de portaria; deu outro b.o. e aí eles me prenderam; estão me acusando de destruição do patrimônio público e mais não sei o quê; não consegui retornar por isso; tinha a saída por 07 dias; saí na quarta, no sábado fui preso; cumpria pena por homicídio; faltava uns 02 anos no semiaberto; fui preso na rua, em razão de fato ocorrido na casa da Ivone; a casa da Ivone é casa da minha ex mulher” (item 117.15).

A justificativa apresentada, contudo, não restou acatada,

Superior Tribunal de Justiça

evidenciando-se a prática, em tese, de novas infrações dolosas no curso da execução, dando ensejo à homologação das faltas graves previstas no art. 52 da Lei nº 7.210/84, sendo determinada, ainda, a regressão de regime para o fechado, com fulcro no art. 118, inciso I, do mesmo Diploma.

Com efeito, o cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade, pela prática de contravenção penal e crimes dolosos (vias de fato, ameaça, violação de domicílio, dano e resistência), torna dispensável o trânsito em julgado da nova condenação, para que esta seja homologada.

[...]

Reconhecidas as faltas graves e podendo estas ensejar na perda de parte dos dias remidos como forma de punição pelo desrespeito e pela falta de comprometimento com a execução da pena, cabe ao Juízo das Execuções, com certa margem de discricionariedade, aferir e fundamentar o quantum eleito.

E, no que tange ao quantum de dias remidos perdidos em razão das faltas graves cometidas, observa-se que a decisão do douto Magistrado a quo se apresenta escoreita, posto que em consonância com o disposto nos arts. 127 e 57, ambos da Lei de Execuções Penais:

“art. 127 - Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.”

“art. 57 - Na aplicação das sanções disciplinares, levar-se-ão em conta a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão.”

No presente feito, as circunstâncias do caso justificam a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos, nos termos da legislação que rege a espécie, porquanto “O caso dos autos trata de falta grave, episódio em que não foi apresentado pelo reeducando qualquer motivo capaz de exonerá-lo das consequências advindas de sua ação, e por essa razão a falta foi homologada judicialmente. No caso em tela, atentando-se às circunstâncias e à gravidade da falta disciplinar cometida, a revogação de 1/3 (um terço) do montante de dias remidos ao reeducando é medida de rigor” (mov.145.1).

[...]

Desta feita, justificada a aplicação de penalidade em 1/3 (um terço) quanto à perda dos dias remidos, não há reparo a ser feito na decisão agravada, sendo inviável, portanto, que seja proferida nova decisão com a devida justificação quanto ao número de dias remidos a serem revogados.

Nessas circunstâncias, considero que os fundamentos apontados pelas instâncias ordinárias, sobretudo, a natureza das faltas, os motivos, as circunstâncias e as consequências das condutas, são suficientes para decretar a perda dos dias remidos no

Superior Tribunal de Justiça

quantum estabelecido, não havendo, assim, falar em falta de fundamentação idônea.

Ante o exposto, **denego a ordem**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

